

# O IMAGINÁRIO GENEALÓGICO-LINGUÍSTICO DA NOBREZA PORTUGUESA DE TREZENTOS. UMA POÉTICA DA DIFERENÇA

CARLOS F. C. CARRETO

*O que é de facto o discurso a não ser uma semente? Quando a lançamos de forma regrada, o espírito do ouvinte [...] é fecundado no intuito de engendrar obras boas. Mas, quando se lança despropositadamente maculando aquele que a espalha, com ela se perde a virtude de criar.*

Sao Gregorio, *Moralia* XXIII, XV, 28 (Pl. 76, col. 267)

O tema proposto para reflexão é ambicioso, não só pela vastidão do campo de análise, como pelos problemas metodológicos que uma abordagem deste tipo levanta quando se defronta com um objecto textual cujos contornos genológicos, temporais, ideológicos e estruturais se apresentam extremamente fluidos e, não raras vezes, ambiguos. No entanto, e devido talvez a estas mesmas características, a literatura genealógica aparece indubitavelmente como um território privilegiado para questionar as relações entre identidade e regiões, na medida em que a construção da diferença surge aqui justamente do constante esforço de reconhecimento de uma pertença identificadora ao Mesmo.

## **A miragem das fontes: o espaço do simbolo**

A reflexão limitar-se-á essencialmente a alguns dos inúmeros casos exemplares tirados do *Livro de Linhagens (LL)* do conde Dom Pedro, não por motivos arbitrários, mas porque, em relação a uma das suas fontes principais directas, o *Liber Regum* (ou *Cronicon Vilarence*)<sup>3</sup> - na sua versão enriquecida, o *Livro de Gerações* - que apresenta um esquema genealógico básico<sup>4</sup>, o *LL* aparece como uma obra inovadora no âmbito da historiografia portuguesa. Inovadora, não tanto quanto a riqueza de informação, mas na medida em que ultrapassa o tradicional carácter local dos livros de

linhagens, tratando unitariamente a nobreza hispânica, peninsular, enquadrando a sua história familiar numa história genealógica universal<sup>4</sup>. Esta integração, embora enraizada num contexto imbuido pelo espírito da Reconquista, marcado por um desejo de unificação supra-nacional face a uma ameaça comum, a do domínio árabe, permite-nos relativizar o binómio região/identidade, aqui, consideravelmente alargado, em termos geográficos bem como simbólicos, uma vez que o processo de identificação é transposto para um plano mítico-ideológico que se inscreve na antítese entre cristãos e pagãos, entre o sagrado e o profano. Semelhante alargamento de perspectiva faz do *LL* *la primera obra original de la historiografía portuguesa en lengua vernácula*<sup>5</sup>, o que traz implicações importantes no tratamento do material utilizada por D. Pedro. Com efeito, partindo de fontes caóticas, o autor teve de proceder a uma (re)elaboração literária (na acepção medieval do termo), da matéria textual anterior, recorrendo a dois processos retóricos chave: a *compilatio*, entendida não como mera colagem, mas como reordenação significante, i.e., como re-criação<sup>6</sup>, e a *amplificatio* que vai preencher os hiatos narrativos e semânticos de uma fonte lacunar que, embora ideologicamente marcada, não continha em si um princípio orientador claramente definido<sup>7</sup>. Com a emergência da escrita historiográfica, o *LL* representa também a emergência do Texto, entendido como *mythos*, no sentido que Aristóteles confere a este termo na *Poética* (forma estruturada e estruturante do sentido através do qual a escrita, embora sempre inacabada e em perpétuo devir, se apresenta como um todo que significa por si só, com princípio, meio e fim) e como Livro, totalidade significante subordinada a um Significado primeiro, transcendente, que lhe dá plena legitimidade e confere ao discurso que circunscreve a forma de um microcosmos, de uma *imago mundi*<sup>8</sup>. Por outras palavras, a inscrição ou reinscrição do nome no tempo, num *continuum* histórico que remonta à origem humana da linguagem na figura de Adão (estado em que linguagem é ainda consubstancial ao Verbo, possuindo, por conseguinte, uma eficácia mágica e performativa sobre a realidade que, ao ser nomeada, é re-criada para o mundo), implica, no *LL*, uma *mise en récit*, segundo uma expressão de P. Ricoeur<sup>9</sup>, consciente, ou seja, um processo de transposição/transformação (*translatio*) narrativa que poderemos qualificar de literário (na acepção agora moderna do termo), no sentido em que se funda, aproveitando-o e manipulando-o ideologicamente, no hiato irreversível (sempre denegado através dos processos retóricos que põem em cena toda uma nostalgia das origens: etimologia, nomeação, construção linear do tempo, etc.) que existe entre a linguagem e a realidade depois de Adão e de Babel<sup>10</sup>. Ora, este desfasamento ou continuo deslizar que se repercute no próprio funcionamento do signo, introduz na narrativa a dimensão própria da ficção, responsável, em grande parte – como já fora aqui referido – pelas dúvidas hermenêuticas sentidas por historiadores e filólogos,

confrontados com a *“miragem das fontes”*, bem como por estudiosos da literatura, confrontados com uma diversidade perturbante de máscaras discursivas e retóricas que, muitas vezes, apenas pretendem criar, de acordo com R. Barthes, um *“efeito de real”*<sup>12</sup>.

## Do Mesmo à Diferença. A escrita subliminar

A segunda questão que se levanta é a seguinte: será que, como o demonstrara H. Bloch num ensaio notável<sup>13</sup>, o discurso dominante da literatura genealógica ocidental reside realmente, e apenas, numa *“estratégia global das origens”* (subsidiária da concepção crista e linear da História segundo Eusébio de Cesareia, São Jerônimo, Santo Agostinho e Osório de Braga - até 417 -) através da qual o presente (as aspirações de determinadas famílias nobres ou de determinadas comunidades políticas, etc.) se legitima, reatando ou reactivando continuamente os seus laços com a autenticidade mítico-lendária e histórica de um passado ancestral fundador? Por outras palavras, poder-se-á definir a literatura genealógica como um género subordinado a um impulso de continuidade e de homogeneidade no qual se esbatam totalmente as diferenças, individuais, nacionais e/ou regionais? Ou, pelo contrário, constituirá este discurso uma mera imagem (superficial) de unidade e uniformidade, uma manobra retórica (manobra apoiada na eficácia do *lugar comum* da tradição cronográfica facilmente recuperável e reconhecível) que, na realidade, esconde também, e essencialmente, um profundo desejo de marcar a descontinuidade, a unicidade inalienável? A análise de alguns relatos, análogos a mitos de fundação, respeitantes à nomeação ou renomeação de sítios, parece apoiar esta segunda tese. A *Historia Regum Britanniae* de Geoffrey de Monmouth (circa 1138), traduzida e, em parte, refundida por Wace no seu *Roman de Brut* (1155)<sup>14</sup>, oferece vários exemplos significativos deste processo. No *Brut*, encontramos cerca de 31 casos em que se discutem e alteram topónimos, 15 dos quais não constavam da versão latina. Um dos mais interessantes, uma vez que também vem mencionado no *LL*, é a renomeação da ilha britânica (*Albion*) como forma de comemorar a sua fundação por Brutus, o bisneto de Eneias:

*Agros incipiunt colere, domos aedificare, ita ut in brevi tempore terram ab euo inhabitatam censes. Denique Brutus de nomine suo insulam Britoniam appellat sociosque suos Britones. Volebat enim ex deriuatione nominis memoriam habere perpetuam. Unde postmodum loquela gentis que prius Troiana sive curuum Grecum nuncupabatur dicta fuit Britannia[c].- (21)<sup>15</sup>*

Herdeiro directo da linhagem troiana, Brutus assume aqui claramente o rosto do herói civilizador, constituindo este episódio, na perspectiva de H. Bloch, um caso paradigmático da fusão entre o nome, a terra, a identidade nacional e o imaginário político-linguístico de determinada comunidade<sup>46</sup>, fusão que domina o impulso das narrativas genealógicas que consistiriam sempre numa legitimação do poder através de um retorno às origens. O recurso à derivação etimológica como forma de preencher os hiatos linguísticos e históricos<sup>47</sup>, integra-se perfeitamente neste tipo de estratégia *simbólica*.

Embora incontestável no seu princípio fundamental, este tipo de generalização tem de ser, no entanto, relativizado. Em primeiro lugar, é necessário ter em conta que cada uma destas digressões narrativas (ou micro-histórias) assume múltiplas vezes um valor e uma intenção política e ideológica concretos: ser dador de nomes representa, com efeito, um marco importante nos mecanismos culturais de comemoração e de celebração de um passado heróico que a comunidade (entenda-se, a nobreza) reivindica para si, e através do qual se identifica e enaltece. No caso específico da *Historia Regum Britanniae*, o texto (pela recepção que teve) contribuiu poderosamente para criar e/ou reforçar, durante o século XII, um clima «regionalista» a favor de uma Bretanha insular, única, singular e politicamente unida, embora sob domínio inglês. Mas, por outro lado, um toponímico também é uma espécie de significante flutuante, disponível, logo sempre objecto de desejo e de contínua negociação e renegociação, sendo o exemplo paradigmático de uma transacção verbal que prolonga ou actualiza, no plano linguístico, o jogo de transacções genealógico-económicas que regulam a dinâmica da conquista e distribuição da terra, bem como a circulação, implantação e (re)apropriação de um nome. Em alguns relatos, verifica-se então que o acesso ao direito de nomear (que inaugura, por sua vez, um importante mecanismo de comemoração individual de tipo épico) pode ser contestado e reapropriado, como acontece, por exemplo, com a história do nome da capital britânica que passa de «Troiam Nouam» (*Historia Regum*, 22) – designação dada por Brutus – a «Trinouantum» por corrupção lexical, e, finalmente, mais tarde, a KaerLud «*id est ciuitas Lud*» (22). No *Roman de Brut*, Wace aproveita a *translatio* para vernáculo destes episódios para introduzir uma reflexão de carácter mais abstracto sobre o modo como a mutação de topónimos reflecte efectivamente mais uma descontinuidade política e histórica do que uma continuidade:

*Par plusurs granz destruiementz  
Que unt fait alienes genz  
Ki la terre unt souvent eue,  
Sovent prise, sovent perdue,  
Sunt les viles e les contrees*

*'Tutes or autrement nomees'  
Que li anceisors nes nomerent  
Ki premierement les fonderent.- (vv. 1239-45)<sup>18</sup>*

*-Par remuemenz e par changes  
Des langages as gens estranges,  
Ki la terre unt sovent conquise,  
Sovent perdue, sovent prise,  
Sunt li nun des viles changied,  
U acreu u acurcied  
Mult en purreit lon trover poi,  
Si come jo entent e oi,  
Qui ait tenu entierement  
Le nun qu'ele out premierement.- (vv. 3775-85)*

No centro deste constato, vemo-lo claramente, está a ligação Terra-Identidade regional (ou local) Língua, língua considerada não somente como signo unificador e identificador de um povo, mas como um marco que circunscreve e se sobrepõe ao território conquistado, apagando, de certa forma, uma memória anterior. Neste âmbito, a questão genealógica é, com seria de esperar, determinante. O desejo de perpetuar a linhagem é isomorfo de um desejo de perpetuar a lei (os costumes) e a língua, re-inscrevendo ou enraizando (nem que seja pela força) o nome próprio num espaço territorial como se de uma assinatura se tratasse. Linguagem, Nome e Lei definem-se por conseguinte como os eixos fundamentais da semiologia que governam a lógica, épica e discursiva, da conquista e da legitimação; lógica, de resto, claramente denunciada, com alguma nostalgia, por Wace, quando lamenta a perda das designações lexicais primitivas na sequência do domínio saxónico sobre a parte central das ilhas britânicas, i.e., na altura em que os Saxões repovoaram a ilha depois das pragas e da fome que dizimaram ou levaram ao exílio a população britânica, situação que conduziu à criação política e cultural de uma nação inglesa<sup>19</sup>:

*-Les nuns, les lages, le language  
Voldrent tenir de lur lignage:  
Pur Kaer firent Cestre dire,  
E pur Suiz firent nomer Sire,  
E tref firent apeler Tune.- (vv. 14739-43)*

Através do processo de renomeação, o território físico adquire uma dimensão fortemente simbólica: a terra, como espaço de re-escrita, assume os contornos de um palimpsesto<sup>20</sup> que, nesta qualidade, exige uma leitura (de ordem quase genética) em profundidade, necessitando, por conseguinte, de uma orientação

hermeneutica: daí a função de um Wace (sacerdote, por sinal) ou de um D. Pedro, enquanto guias que transformam os diversos estratos acumulados, e em parte ilegíveis, da memória, do passado, desdobrando-os linearmente numa escrita histórica (historiográfica), i.e., numa narrativa significativa e, evidentemente, significativa, ou seja, ideologicamente orientada. No caso do *Brut*, vislumbra-se assim perfeitamente, ao longo dos sucessivos relatos, a reivindicação, por parte dos Plantageneta, da qualidade de representantes de uma genealogia tão antiga e prestigiada como a do império romano, também ela, por Eneias, originária de Tróia, genealogia através da qual constroem um passado incomparavelmente superior ao dos Saxões, mas também ele susceptível de rivalizar com a época carolíngia dos reis de França de quem os Plantageneta eram vassallos pelos feudos situados no continente. A inclusão da matéria de Bretanha (com a sua filiação troiana e romana), por intermédio da versão apresentada pelo *Brut*, no *Livro de Gerações* e o *LL*, logo a seguir a descendência adâmica e antes mesmo dos grandes impérios persa, romano e godo, não podia, neste sentido, ser fortuita: esta matéria, amplamente divulgada na península, fornecia um relato do passado ocidental alternativo e mais favorável a realeza e nobreza hispânicas que ocupava na tradição da *translatio imperii* um lugar perfeitamente secundário<sup>21</sup>. Mais ainda: o aproveitamento de uma figura como a de Corineus, o troiano supostamente fundador da Cornualha que, antes de integrar a expedição de Brutus a Albion, se estabelecera na Península Ibérica (*LL*, 2B5), permitia projectar a presença hispânica no desenrolar da história britânica e insinuar, assim, a sua participação num fluir simbólico que a coloca, por analogia ou metonímia (temporal e textual), na fundação do próprio reino arturiano<sup>22</sup>.

Outro caso interessante consiste no modo como a implicação hispânica no destino troiano-bretão (nos seus momentos de maior glória e pujança épica) explora os recursos de um dialogismo fundador para, frequentemente, distorcer e rescrever sub-repticiamente o pré-texto narrativo. É o que acontece no tratamento da figura do rei mouro Gormon (ou Gormund: *Brut*, v. 13641 sgs). Na *Historia Regum*, na versão de Wace, bem como numa gesta de finais do século XI, *Gormont et Isebart*, a personagem é identificada como um soberano africano ao serviço do qual se encontrava Isebart, um sobrinho do imperador carolíngio Luís, o Piedoso, que se revoltara contra o tio e se exilara em África onde convence o seu novo suserano, Gormon, a guerrear francos e bretões e a conquistar-lhes a terra. Ao recolherem a narrativa, o *Livro de Gerações*, bem como o *LL*, filtram e transformam o relato de forma notável: silenciando as referências a Isebart e à tripla traição que acaba por protagonizar (ruptura dos laços genealógicos, de vassalagem e em relação à fé cristã), o texto não só evita a questão sempre incômoda da rivalidade tio-sobrinho, análoga, no plano simbólico, a uma rivalidade pai filho donde emerge inevitavelmente o espectro edipiano, como apaga, à

partida, a legitimidade primeira (já que de ordem linhagística, consanguínea) da luta do império carolíngio contra o infiel. Este processo torna-se mais evidente quando o texto reformula a ascendência de Gormon, transformando-o em *-filho de ù rei de França-* que recusa o reino após a morte do pai (deixando-o ao irmão) para conquistar a sua própria terra, a Bretanha (LL, 2E5-6)<sup>23</sup>. Retira-se assim novamente da história inicial qualquer referência às lutas travadas entre os Carolíngios e o Islão, no sentido óbvio de reforçar a tese do exclusivo protagonismo da realeza e cavalaria hispânicas no combate aos mouros e na salvação/redenção da e pela Cristandade. Os feitos e a desmesura de Gormon que *-deitou todos os cristãos a perdição-* (LL, 2E5) e *-destruo toda a terra-* (LL, 2E6) culminam numa espécie de violência verbal que se traduz na renomeação do território: *-E por esto perdeo Bretanha o seu nome, e puserom-lhe nome Ingraterra-* (LL, 2E5); profanação espaço-linguística que a presença pacificadora de Santo Agostinho e da sua palavra de conversão ao Cristianismo virão, logo a seguir, redimir<sup>24</sup>, mas através da qual, para já, a fonte responsabiliza a França (donde Gormon partiu *-com grande poder de gentes-*, LL, 2E6) pela quase total destruição da realeza britânica pós arturiana, retirando-lhe, por conseguinte, qualquer direito à reivindicação da herança e prestígio troiano-romano-bretão na sua fase pós-Constantino<sup>25</sup>. Vemos então que é o próprio imaginário do palimpsesto que justifica o carácter sempre selectivo da *compilatio*, a necessidade de recorrer à dimensão mítica e ficcional para preencher, hiperbolizando-os ou reduzindo-os, os hiatos da memória (referidos processos de *abbreviatio* e *amplificatio*), bem como explica a manipulação dessas rasuras simbólicas ou *lapsos* (mantidos no esquecimento, denegados ou trazido à superfície textual) nos quais se inscreve precisamente toda a dimensão do não-dito ou do interdito que tece o discurso (auto)legitimador da literatura genealógica. Assim, se, por um lado, a questão da toponímia está ancorada numa lógica simbólica que confere um poder quase mágico ao acto de nomeação, servindo para autenticar uma ordem dominante (ameaçada ou fragilizada e, por conseguinte, à procura de um prestígio perdido), pode reforçar a tese da homogeneidade e o mito da continuidade, também testemunha, por outro lado, que esta continuidade política só é importante e possível na medida em que a descontinuidade, a diferença, é uma parte estruturante do processo histórico de identidade cultural e de identificação regional, nacional ou supranacional. Por outras palavras, o fenómeno de nomeação na literatura genealógica define-se, antes de mais, como um processo de contínua negociação entre o presente e o passado<sup>26</sup>, ou, mais precisamente, entre a passado e as modalidades da sua (re)apropriação, i.e., da sua celebração ou ritualização, através da escrita.

## A gramática do nome

A relação entre espaço e acto de nomeação levanta ainda um problema mais genérico, problema que me parece constituir o núcleo semântico e estrutural da literatura nobiliárquica: a questão do nome próprio, da sua inserção (ou reinserção) num espaço-tempo sacralizado, bem como da sua narrativização ou ficcionalização legitimadora sob forma de uma, mais ou menos extensa, glosa que virá, de certo modo, motivar este significante privilegiado, à partida silencioso e obscuro, que o nome representa. Não raras vezes ligadas a uma imaginário fundacional, toponímia e antroponímia (d)escrivem, na literatura genealógica, o *lugar comum* de um mútuo enraizamento. É desta circunscricção dos signos no espaço e no tempo que emerge uma identidade singular individual (embora baseada num processo de identificação mimética ou especular, negativa ou positiva<sup>27</sup>) e, por projecção - uma vez que a escrita genealógica é, por excelência, uma escrita comemorativa -, necessariamente colectiva.

O projecto central desta escrita particular poderá definir-se como uma forma de incessantemente procurar e (re)estabelecer a *propriedade nominal*, o que coloca o nome num horizonte epistemológico mais vasto, uma vez que a noção de *propriedade* assenta em fundamentos jurídico-económicos, espaciais e linguísticos. Através da problemática do nome *próprio*, voltamos portanto a encontrar a simbiose desejada entre linhagem e linguagem, fusão desejada, uma vez que o drama implícito que percorre todos estes relatos é justamente o de uma eterna ameaça de discrepância entre um termo e o outro da equação simbólica, discrepância isomorfa de uma inadequação entre o significante e o significado através da qual o nome deixa de *fazer corpo* com o sujeito, i.e., com a experiência e a realidade vivenciais que dão *sentido* ao *destino* que este sujeito encarna ou ambiciona. O drama imaginário da literatura genealógica é, nesta perspectiva, o de um desenraizamento ou exílio permanente dos signos, do nome em particular, em busca de uma reintegração simbólica legitimadora. Esta flutuação à qual está submetida o nome já era claramente perceptível nos fenómenos, comentados, de deslocação nominal no caso dos topónimos. Reencontramo-la no tratamento do nome próprio ao longo dos vários relatos que constituem o *corpus* da literatura genealógica, nome que aparece simultaneamente como pletora, excesso de nomeação, e objecto de (dis)simulação, segredo, contradi(c)ção, envolto, portanto, numa zona de não-dito ou de inconfessabilidade<sup>28</sup>. A (re)inscriçao do nome numa ordem espacio-temporal restaurada, implica, acabámos de o sugerir, uma concepção particular do saber que subordina (ou, pelo menos, coloca num plano de analogia) a sucessao linhagística (sexualidade, ordem familiar) e a ordem económica (posse da terra, circunscricção do território) à semiologia: marcar, delimitar e nomear um território, assim como legitimar um apelido, recorrendo à

ficção e ao mito, requer todo um processo retórico que se funda num ideal de gramática baseado, também ele, na noção de *proprietas*, estado idílico do signo numa fase fusional (pré-babélica, de certo modo) entre o significado, o significante e o referente. A bíblica multiplicação das formas de vida passa então a ser igualmente entendida como um problema de hermenêutica, tornando-se assim inconcebível distinguir a propagação e a dispersão da espécie humana da propagação e dispersão da linguagem e do próprio sentido<sup>29</sup>. Esta teoria semiológica prepara, de certo modo, o terreno propício à construção/recepção de um modelo de história entendida como procriação, i.e., definida como o desenrolar genealógico desde os primórdios da Criação. Note-se, de resto, que subjacente a este modelo tributário de uma teoria agostiniana do discurso visto como *energeia* orientada para o futuro<sup>30</sup>, corresponde necessariamente, uma obra una, mas não obrigatoriamente fechada: trata-se de uma escrita em constante devir, de uma verdadeira estética do inacabado que faz da contínua recriação um processo consubstancial à composição do livro:

*-E rogo aaqueles que depois de mim veerem e vontade houverem de saber os linhagens, que acrecentem em estes titolos deste livro aqueles que adiante decenderem dos nobres fidalgos da Espanha, e os ponham e escrevam nos logares u convem:- (Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Prólogo).*

Estrutura que justifica e legitima, de algum modo, a actuação dos refundidores. A continuação/completação da obra, com vista a alcançar uma utópica totalidade, nunca poderá ser, contudo, aleatória. A sucessão, no tempo histórico, das diversas gerações (discurso da ordem) implica obrigatoriamente uma ordem discursiva: o *-logar u convem-* aponta assim para uma escrita essencialmente *topica*, uma escrita que procura não se afastar do *lugar comum do re-conhecimento* sob pena de perder, em qualquer altura, a referência do signo ao Centro gerador do Sentido. Assim, para os linguistas da Idade Média, o quadro conceptual que permite pensar a evolução da linguagem, bem como a sua organização gramatical, é, efectivamente, o da própria reprodução biológica, o que conduz Isidoro de Sevilha, entre outros, a concluir que as classes de palavras procriam na medida em que são sexualmente definidas: as letras reproduzem-se no interior das palavras de forma a engendrar ou a alterar a sua significação<sup>31</sup>. Semelhante definição apenas faz sentido, é claro, no âmbito de uma teoria linguística que enraiza as palavras num momento original de significação que a alta Idade Média situa no Jardim do Éden, já que Adão passa por ter sido o primeiro homem a falar ao dar nomes às coisas (*Genesis*, 2, 19-20). A história cristã, essencialmente depois da releitura de Eusébio de Cesareia por Santo Agostinho, revela-se assim como a sucessão de períodos de erosão – os *articuli temporum sive aetatum* – que antecedem a Redenção final no termo da História. Uma vez mais,

multiplicação da espécie humana e degradação do sentido desenham uma mesma trajetória descendente que traduz o irremediável afastamento em relação ao Verbo e à Criação.

Face à presença, cada vez mais inquietante, do espectro de Babel, convém portanto, mais do que nunca, não perder o fio de Ariadna, em termos temporais, bem como genealógicos e linguísticos. Ora, neste domínio, várias são as situações que ameaçam corromper ou perturbar esta ordem simbólica. No *De Doctrina Christiana*, Santo Agostinho sublinha múltiplas vezes a necessidade de preservar a *integritas locutionis* (*Doctr. Christ.* II, 13, 19) contra barbarismos, solecismos, sofismas ou outros desvios linguísticos que constantemente a deturpam. Mais ainda: aos variadíssimos vícios humanos (soberba, avareza, arrogância, gula, embriaguez, etc.), os teólogos da Idade Média associam também os mais diversos contornos que a má palavra (os *peccata linguae*) pode assumir (*Blasphemia, Adulatio, Murmur, Stultiloquium, Multiloquium, Vaniloquium, Mala Taciturnitas...*); má palavra sobre a qual, compreende-se, deverá recair, na maior parte dos casos, a *custodia linguae*<sup>32</sup>. No centro deste manancial de condenações, encontramos a que diz respeito à sexualidade e que, como se depreende, se vai revelar de uma extrema importância no caso da literatura genealógica. Através do seu *Liber de Planctu Naturae*, Alanus de Insulis (século XII) foi, sem dúvida, quem melhor sintetizou e expôs a longa tradição que associa natureza, linguagem e sexualidade. Tendo em conta que o homem é, antes de mais, um *produtor de signos*, situa-se e move-se numa rede de isomorfismos que une desregramento ou perversão sexual, perversão linguística (transgressão ou manipulação excessiva das regras gramaticais, lexicais e/ou sintácticas, abuso de metáforas...), social (exercício do poder) e corrupção da própria natureza, emanção directa da Ordem Cósmica<sup>33</sup>. Também para este teólogo, apenas a diferenciação é germinadora e criadora de sentido: nomes e adjectivos, por exemplo, copulam segundo as regras da união heterossexual. Neste contexto epistemológico, compreende-se que a imagem das alianças incestuosas ou adúlteras constituam uma das preocupações centrais expressas pelos livros de linguagens: Veja-se o prólogo do *LD*:

*E est'outros nom casam como devem, e casam em pecado, porque nom sabem o linhagem.*

ou o sexto motivo, evocado pelo *LL*, e que diz respeito à necessidade dos homens *-saberem como podem casar sem pecado segundo os sacramentos da Igreja-* (Prólogo). No entanto, como tentámos demonstrá-lo a propósito da história singular de Vasco Pimentel (*LL*, 35A1)<sup>34</sup>, o fantasma do adultério e do incesto consegue frequentemente propaga-se para lá do processo textual de legitimação insinuando-se na própria declinação dos nomes dentro de uma genealogia, através,

por exemplo, de um jogo de identidades onomásticas que deixa a estranha impressão de que tudo não passa de uma eterna repetição do Mesmo no e pelo Mesmo.

Mas o adultério interessa-nos também, e particularmente, na medida em que põe em cena o tema da bastardia que abre uma falha a nível da paternidade, paternidade biológica mas que, em segundo grau, podemos - e devemos - igualmente entender como a busca e a afirmação de uma paternidade textual. A narrativa de Vasco Pimentel constituía apenas um dos inúmeros exemplos representativos do esforço de *manipulação* (na dupla acepção, retórica e ideológica, da palavra) da e pela escrita, totalmente investida pelo desejo de preencher esta falha aberta a nível de uma ordem não só genealógica como verbal, já que o que a bastardia afecta em primeiro lugar é o próprio significante nominal que se vê transformado no lugar vazio (ou, pelo menos, mais enigmático do que nunca) de uma impossível identidade social bem como linguística<sup>5</sup>. É interessante, nesta perspectiva, analisar o modo como as próprias fontes respondem a esta situação, reflectindo-a, ou hesitando e contradizendo-se em relação à origem de dada figura histórica. A ficção em torno do nascimento de Vasco Pimentel colocado sob o signo, legitimador e sagrado, do matrimónio (*LD*, *4X4* e *LL*) e não como fruto de uma união ilícita (*LV*, *BE10*), - justificação perfeitamente compreensível num contexto ideológico que visava exaltar a linhagem dos Pereira (Vasco Pimentel é bisavô do prior dos Hospitalários portugueses) que era necessário desligar de um passado, de algum modo, maculado -, traduz um processo que se perpetua no tempo e que, consubstancial ao género, *re-presenta* esta singular inflexão simbólica e ideológica da escrita que levava já o *Brut* de wace a denegar - através de uma linguagem voluntariamente ambígua e oblíqua - as origens obscuras do mítico rei Artur.

Consubstancial também ao próprio género, a literatura nobiliarquica caracteriza-se igualmente por um excesso de nomeação: o texto define-se então como a expansão narrativa (uma glosa) de um significante nuclear enquadrado numa rede de outros significantes nominais que lhe conferem sentido. Esta pletora de nomes tem, de certa forma, que ver com a tentação cratílina patente na literatura medieval: através do reforço da referencialização, trata-se não somente de subtrair o nome ao anonimato e aos rumores de uma transmissão oral de forma a conservá-lo na memória dos nomes prestigiosos através do duplo movimento de escrita/leitura, mas também de motivar os signos, com vista a ancorá-los no real e a apagar, por conseguinte, os factores contingentes (ou perturbadores) que obscurecem a relação do homem ao mundo. A trajectória do nome próprio forma assim, em si, uma espécie de micro-narrativa, uma fábula subliminar, ou minimal, que, não raras vezes, põe em causa e desconstrói a própria narrativa principal bem como o projecto que a sustenta e orienta. Esta

desconstrução e visível na relação que estes nomes mantêm entre si: a repetição especular, a deslocação ou a recriação do nome (através da alcunha, por exemplo) gera frequentemente uma série de variações *in*-significantes que tornam problemático, ou mesmo impossível, o delinear de fronteiras claras entre o Mesmo e o Outro. Por outras palavras, porque exploram os recursos da retórica da *annominatio* (que joga com a plasticidade dos significantes, fazendo irromper o sentido de variações fonológicas mínimas), alguns relatos genealógicos transmitem-nos o sentimento que questões como as do adultério e da bastardia são simultaneamente ditas e interditas através de uma confusão genealógica, conscientemente ou não, alimentada pelo(s) autor(es), confusão que acaba por afectar ou contaminar os restantes dados textuais, lançando dúvidas que suspendem ou diferem continuamente o sentido e a sua interpretação.

Neste prisma, as referências a Adão e a Jesus Cristo (representantes e mediadores do *logos* divino), no *LL* ou em vários outros textos cronográficos, reflectem, a montante destas obras, um ideal nostálgico de unidade, pureza e imanência dos signos em relação ao (Outro) Mundo<sup>36</sup>. A sucessão linhagística a partir de Adão, a progressiva degradação dos signos (regenerados, em parte, pela vinda de Cristo, o Verbo Incarnado), e a «*destruição de Jerusalém*» (*LL*, Prólogo) por Nabucodonosor através da qual se inaugura a migração em cativeiro do povo eleito, traduzem assim claramente um *exílio do sentido*, sentido que a reedificação do *Templo* (*LL*, 1G15; 3A6, 8), bem como a reconstrução genealógica do *Tempo* através da escrita de um *Livro*<sup>37</sup>, procurarão simbolicamente recuperar. Enquanto núcleo estruturante deste processo, é naturalmente sobre o nome, sobre a sua manipulação legitimadora, que se vai operar a simbiose entre espaço (geográfico e retórico), construção do tempo e ideal de gramática. Com efeito, legitimar um nome, reinscrevendo-o na cadeia linhagística, equivale a restaurar o seu poder simbólico e a devolver ao sujeito o seu *lugar* na História, na ordem familiar bem como na própria Linguagem enquanto emanção mais sensível da «vasta sintaxe do mundo» (M. Foucault) que o universo representa. Assim, na ficção em torno do nome, legitimado, i.e., detentor de uma origem estável e de um *sentido*, de certo modo, transparente, a escrita não só reata com o ideal do *Verbum Abbreuiatum* que lhe confere uma expressividade quase litúrgica (ideal retórico da *brevitas*, já que, no nome, se condensa agora metaforicamente todo um pré-texto significativo), como encarna um ideal gramatical que reside na Idade Média, como sabemos, essencialmente na *rectitudo*<sup>38</sup>. O discurso da legitimação pode então, de certa forma, ser considerado como um percurso que vai da *descriptio* (pletora nominal, recurso à ficção e à construção diegética) à *definitio* (na qual o signifiante remete directamente para as suas propriedades inerentes e essenciais). Através dele, o nome *proprio* passa, também ele, a caracterizar-se por ser «direito-ou em linha recta», qualidades sem as quais correria o risco de subverter a

integridade e eficacia, simbólica e social, do texto: reabilitar um nome através da legitimação da própria escrita, e *vice versa*, responde, em suma, ao desejo de ver finalmente colmatada, em ambos os planos, esta falha primordial aberta a nível de uma paternidade referencial. Como se adivinha, o conceito de rectidão tem, uma vez mais, que ser entendido, quer em termos retóricos, quer em termos espaciais, económicos ou jurídicos. O nome próprio, representação por excelência da *propriedade* linguística, é, no plena acepção da palavra, o *topos* da literatura genealógica. Como tal, integra lo nos *-logares u convem-* (LL, prólogo), não equivale apenas a subordinar o sentido a uma escrita ordenada e ordenadora (o que, no caso do LL, equivale a manter sempre a referência a uma Palavra original ditada por Deus): a geografia dos livros de linhagem não se limita, com efeito, a uma reivindicação territorial motivada por factores sócio-económicos e políticos vários. Passa sim, e antes de mais talvez, por uma economia narrativa e por uma geografia textual próprias cuja lógica e imaginário subjacentes consistem essencialmente em reconquistar um nome e, conseqüentemente, renegociar/reapropriar o lugar próprio que, supostamente, cabe a esse nome ocupar, de direito, numa gramática do(s) tempo(s). Neste caso, como aliás nos exemplos anteriormente considerados respeitantes ao fenómeno de deslocação toponímica, a identidade define-se, por conseguinte, como uma localização/regionalização textual do *sentido*: o objecto de desejo (o Nome, a Terra, etc.), inicialmente comum e potencial fonte de discórdia, é marcado, individualizado, *consagrado* na e pela escrita, e celebrado por uma dada comunidade de leitores/ouvintes que nele pode decifrar os signos identificadores de uma ideologia e de aspirações singulares, passando, portanto, a constituir um objecto *literario* através do qual se pode reconhecer, (re)construindo assim uma memória e uma imagem, ideal ou idealizada, do passado, bem como do presente, de si mesma.

## **Do mito à (des)construção do ideal genealógico**

Um caso particularmente interessante deste processo identificador de apropriação e instrumentalização do passado reside na forma como a literatura genealógica explora o vasto fundo mítico-lendário da matéria de Bretanha (figuras marinhas, metamorfoses, gesta dos reis guerreiros, etc.) e, mais especificamente ainda, na forma como manipula, textual e ideologicamente, a figura do rei Artur. O mais prestigiado monarca da tradição breta oferece-nos incontestavelmente um campo de reflexão único, na medida em que se apresenta como uma figura controversa, inclusive para os textos franceses que relatam a sua origem e os seus feitos. Nela convergem, com efeito, alguns dos aspectos mais importantes, e problemáticos também, até aqui referidos, no respeitante à construção da dife-

rença, podendo, neste sentido ser encarada como um exemplo paradigmático da utilização do fundo bretão pela literatura nobiliárquica. Finalmente, porque *essencialmente* ambígua, esta personagem instaure-se como um modelo simultaneamente positivo e negativo, o que obriga a narrativa de linhagens a ter um cuidado particular no seu tratamento e utilização, sendo, por diversas vezes, forçada a contorna-lo, rescrevê-lo, omiti-lo ou filtra-lo, sob pena de desconstruir o seu projecto orientador. Uma vez que se trata de um campo em aberto, de um terreno, de resto, bastante movediço, limitar-nos-emos aqui a apontar para certos aspectos significativos desta apropriação do imaginário arturiano, levantando algumas hipóteses de trabalho que uma investigação mais aprofundada virá confirmar, ou não.

Foram já referidos anteriormente elementos que justificam, simbólica e politicamente, a integração desta matéria do *Livro de Gerações*, bem como no *LL*, numa posição estrutural, de resto bastante reveladora, sendo a prestigiança participativa hispânica no passado troiano-bretão um dos motivos predominantes apontados. A difusão e grande recepção, em Portugal, da matéria de Bretanha (sobretudo a partir de Afonso III que vivera largos anos no Norte da França, pólo de uma importante produção literária), a exaltação do ideal cavaleiresco, principalmente depois de o fenómeno global de cristianização desta matéria ter transformado esta cavalaria numa cavalaria espiritual, foram sem dúvida factores que reforçaram um contexto, à partida já favorável, à penetração e enraizamento da lenda arturiana na Península. No plano de um ideário político, Artur passava a encarnar, na perfeição as ambições épicas da Reconquista. Herói guerreiro, vencedor de gigantes à semelhança de Brutus e Corineus (*LL*, 2B4) - aspecto ao qual voltaremos - , Artur é também, e fundamentalmente, um rei libertador, unificador e civilizador. No *Roman de Brut*, multiplicam-se os episódios que relatam esta sua função primordial: a conquista do território e o restabelecimento da paz são sistematicamente acompanhados pelas tradicionais doações régias, pela divisão da terra, e pela restauração das linhagens:

*-Pes fist li rois par tot crier  
Et les vilains fist laborer:  
Les frates homes deseritez  
A de tot son regne mandez:  
Lor heritez lor a rendues,  
Fiez doner et rantes creues(...).  
Quant Artus ot sa terre assise  
Et partot ot bone justise,  
Et tot son regne ot restore  
An fanciene dignete,  
Genoivre prist, s'an fist rayne.- (vv. 1071-1105)''*

Artur, que a tradição medieval transformou em homólogo guerreiro de Cristo, mediador por excelência, representante e garante da integridade do *logos* na terra, surge como o restaurador da ordem e da harmonia a todos os níveis: espacial, temporal (*-anciene digneté-*), política, económica, bem como verbal. Por oposição, os Saxões, caracterizados como pagãos<sup>40</sup> e, mais tarde, os Romanos (ambos facilmente assimiláveis à ameaçadora presença muçulmana pelo imaginário da nobreza), são sempre vistos, em negativo, como usurpadores que devastam o território, saqueiam as populações provocando a fome, aniquilam igrejas e mosteiros, destroem ou interrompem linhagens, etc. Em suma, introduzem uma situação de *terra gasta*, imagem de um território, política, económica e familiarmente, dilacerado ao qual, em contraponto, se opõe a reconquista arturiana enquanto (re)ordenação/purificação do espaço. Se este soberano que *-passou por muitas aventuras, e fez muitas bondades-* (LL, 2E1) traduz exemplarmente o desejo de *-meter amor e amizade antre os nobres fidalgos de Espanha-* (LL, prólogo), não deixa de ser, por outro lado, um rei que, no final, se mostra incapaz de sustentar as tensões familiares e as lutas nobiliárquicas que levarão à sua pseudo-morte e à derrocada da cavalaria britânica<sup>41</sup>. Assim, a história de Artur oferece à literatura genealógica um duplo pólo identificador: uma divisão territorial (regional) harmoniosa subordinada a um ideal unificador, e o perigo de uma fragmentação que constantemente pesa sobre este ideal; perigo representado nomeadamente pelas discórdias intestinas motivadas pela *fratricida cobiça e inveja da terra* (LL, 2C12) ou, mais geralmente, pelos problemas ligados à *particom da terra* (*idem*). A acção perversa e destruidora do desejo mimético (orgulho, cobiça, soberba...) que constitui o impulso destas discórdias, desdobra-se assim num pano de fundo com inegáveis conotações edípicas e representa, sem dúvida, a ameaça mais eminente à integridade da propriedade espaço-temporal, linguística e genealógica de qualquer comunidade.

Contudo, a integração da linhagem de Artur no imaginário da nobreza de trezentos devia trazer algumas preocupações, e a filtragem de que resulta a versão apresentada pelo LL (ou a sua fonte) é extremamente reveladora deste sentimento. A própria fonte textual directa (ou indirecta), o *Brut* de Wace, surgia certamente como um texto, em alguns lugares, bastante incómodo ou perturbador, tendo por conseguinte que ser reelaborado ou reorientado, de forma a não introduzir falhas ou dúvidas nos processos de legitimação e reabilitação. Veja-se, por exemplo, o relato que preside à concepção de Artur. Wace refere explicitamente a intervenção de Merlin que, através de artes mágicas (v. 137) e *-noviaus medecinemanz-* (v. 162) consegue alterar a figura humana (vv. 161-170), estratégia graças ao qual Uterpandragon, assumindo a fisionomia do conde da Cornualha, consegue entrar no castelo de Tintagel (que entretanto cercara) onde *jouve*

com Igera. O *Brut*, nesta fase da narrativa, afirma-o sem rodeios: é durante essa noite, sob o signo da ilusão diabólica e do adultério, que Artur é concebido:

*-Li roi avoec Yguerne jut  
Et Yguerne la nuit conçut  
Le bon roi, le fort, le seur,  
Que vos oer nomer Artur.-* (vv. 193-196)

Todavia, alguns versos mais tarde, quando o romance narra a morte do conde e a unia, agora legitimada pelo casamento, de Uter e Igera, o texto parece hesitar, contradizer-se, denegando uma verdade primeiramente assumida. As origens ilícitas e bastardas de Artur, bastardia que, neste sentido, viria a impregnar, desde os seus fundamentos, a cavalaria arturiana e a própria literatura a que viria a dar o nome, diluem-se numa admirável ambiguidade sintáctica:

*-Li roi ot molt Yguerne amee:  
Sanz essoine la esposee.  
La nuit ot un fil conceu  
Et au terme a un fil eu.  
Artus ot non: de sa bonte  
A grant parole puis este.-* (vv. 273-78)

A que noite Wace alude? Se Geoffrey de Monmouth alimenta constantemente a confusão ao nível da genealogia de Uter, confusão que Wace tenta, sempre que possível, esclarecer, neste caso específico, não o faz, recorrendo a uma escrita elíptica e ao silêncio do interdito: silêncio opaco (e culpado?) que o próprio nome de *Artus* (e já não Artur, forma adoptada anteriormente) simultaneamente incarna e veicula na tradição poética desenvolvida em torno deste significante<sup>42</sup>. O *LL* faz tabua rasa destas ambiguidades incómodas e, se, por um lado, faz referência ao desejo inicial de Uterpandragon por Igera, se também faz referência ao cerco de Tintoul e à intervenção de Merlin, reduzido a mero conselheiro (*e enviou por Merlin, e veu a ele por seu conselho* [LL, 2D17]<sup>43</sup>), apaga, por outro lado, qualquer alusão à metamorfose e à unia adúltera e diabólica que deu origem a Artur:

*-E tanto fez e tanto baratou, que morreo aquele conde, e houve el rei por  
molher a esta dona, e houve dela lu filho que houve nome Artur, o que disserom  
Artur de Bretanha, onde ouvistes falar que foi mui boo.-* (LL, 2D17)<sup>44</sup>

A semelhança desta manipulação, o *LL* vai omitir uma série de detalhes com uma enorme importância narrativa e simbólica no *Brut*, detalhes que compro-

meteriam seriamente o processo de identificação da nobreza hispânica ao prestigioso destino troiano-bretão: repare-se que o ciclo de traições sucessivas sobre as quais o texto tanto insiste noutros casos (tal como a narrativa de Parex e Ferex que reactiva o cenário da dualidade rival e fratricida [LL, 22C17-18]) é agora bastante atenuado, o que poderá retirar a carga de fatalidade e culpabilidade que parece pesar sobre a linhagem de Uter e a própria realeza troiana<sup>45</sup> (evoca-se a morte de Aurelius *«empeçonhado em ùa fonte onde soia beber agua»* [LL, 2D15-16], mas omite-se o facto de o irmão mais novo, Uter, ter sofrido o mesmo destino). A morte do gigante no Monte Gargano<sup>46</sup> por Artur apenas se reveste de um sentido épico-heróico, esquecendo-se totalmente a ameaça que esta entidade representa para a linhagem do rei<sup>47</sup>, esquecendo-se essencialmente a sua relação com a luxúria (sobre a qual Wace insiste bastante)<sup>48</sup>, o desregramento sexual (que marcara as origens do próprio mundo arturiano) que, através desta luta, Artur deseja exorcizar simbólica e ritualmente (episódio da decapitação do gigante). Interessante é também a forma como é apresentada a traição do próprio sobrinho, Mordech (LL, 2E3). Como já foi referido, esta traição do vassalo para com o seu rei tem, decerto, um antecedente narrativo (de sentido contrário) na guerra movida pelo soberano Uterpandragon ao conde da Cornualha para lhe roubar a esposa. Assumindo, de certo modo, uma imagem de vítima, de soberano-mártir, Artur surgia como redentor dos «pecados», ou excessos, característicos da linhagem paterna e da forma como esta exerceu o poder, expiação com contornos quase cristológicos, que antecipa o seu regresso regenerador de Islavalom (LL, 2E3), análogo à esperada libertação escatológica da, e pela, Cristandade<sup>49</sup>. Contudo, uma vez mais, a instrumentalização política desta figura obrigava a uma reconfiguração narrativa: a relação, adúltera e incestuosa, entre Mordech e a esposa do rei, Genebra – cujo nome sintomaticamente o LL silencia constantemente –, relação que o *Brut* especifica ser de mútuo acordo, como se de uma conspiração familiar de tratasse, restringe-se agora ao campo da intencionalidade unilateral (*«e quis-lhe jazer com a molher»* [LL, 2E3]) que apenas implica o sobrinho.

Quanto à luta, de contorno inevitavelmente edipianos, entre as duas facções rivais (Artur/Mordech), é, também ela, consideravelmente eufemizada, já que o confronto físico é inicialmente evitado – ou diferido – perante a tomada de consciência do sobrinho (*«E acordou-se Mordech que havia feito gram traiçom»* [LL, 2E3]) e a hipótese de um acordo verbal (*«E enviou a el rei que saisse a departe e falaria com ele, e el rei assi o fez»* [LL, 2E3]). A irrupção de uma serpente<sup>50</sup> – ausente no *Brut* – nessa precisa altura, serpente que, tal como o gigante e outras criaturas monstruosas, representa, alegórica ou metaforicamente, as forças destabilizadores de um passado obscuro (ou conflituoso) que se tenta expiar ou denegar, mas que acabará por engolir o reino e a ficção arturianos<sup>51</sup>, vem acentuar a vertente redentora e sacrificial do soberano (ferido mortalmente pelo sobrinho),

ampliando ao mesmo tempo a sua dimensão mítica, dimensão, por sua vez, reforçada através de uma escrita que pretende ser voluntariamente elíptica (-*Daqui adiante nom falaremos del, se é vivo se é morto, nem Merlin nom disse del mais, nem eu nom sei ende-* [LL, 2E3]). Atenuar a natureza ctónica e ofidiosa da besta do monstro, omitir a esterilidade do casal régio, i.e., a situação de bloqueio genealógico-linguístico que se verifica no final do *Brut*<sup>52</sup>, constituem algumas das estratégias poético-ideológicas que visam manipular as fontes com vista a garantir a integridade e eficácia do discurso catalizador e legitimador da identidade nobiliárquica. No entanto, não deixa de ser curioso notar que, de entre as inúmeras lutas que marcam a gesta arturiana, o LL apenas tenha retido a que Artur travou contra o imperador romano, Lucius Liber<sup>53</sup>, numa afirmação clara da superioridade do prestígio troiano-bretão que a Hispânia da Reconquista, de alguma forma, reivindica, sobre Roma e, em última análise, da superioridade de uma cultura que privilegia a identidade regional (embora ideologicamente unificada) e valoriza o direito legítimo à propriedade (territorial, económica e linguística) – legítimo, porque enraizado na singularidade inalienável das origens – sobre uma cultura não unificadora, mas totalizadora, que procura a homogeneidade através da violência<sup>54</sup>, uma violência que esbate as diferenças, dilacera o espaço, e corrompe as linhagens.

Dai a possível escolha preferencial do *Roman de Brut* pelo LL (mesmo que através de fontes intermédias) numa altura em que provavelmente circulavam na Península outras tradições manuscritas sobre a matéria de Bretanha. Não somente o texto encena um programa político (pró-expansionista e unificador) que traça um destino providencialista para a Gra-Bretanha, destino favorável à Hispânia da Reconquista, como é resultado de uma *translatio* ideológica e linguística. Ou seja, nele se desdobra exactamente a lógica, simbólica e estrutural, que preside à escrita do LL, estando no centro de ambas as obras a reabilitação e valorização do vernáculo como língua assumida do desejo (desde o amor, a amizade, a fé e a ideologia partilhados entre a nobreza, até às reivindicações de carácter mais pessoal ou local<sup>55</sup>) face a uma ordem imposta<sup>56</sup>. A língua *materna* insinua-se assim como a língua de uma identificação nacional (ou supra-nacional), como a língua da redenção, a língua da *propriedade* nominal por excelência, língua perfeita, por conseguinte, para preencher os hiatos histórico-simbólicos de uma paternidade (genealógica e textual) tantas vezes problemática, e realizar essa fusão com as origens tão característica da literatura nobiliárquica. Em suma, no isomorfismo entre linhagem e linguagem, vislumbra-se todo um processo de macro-legitimação: (re)inscrever um nome numa rede espaço-temporal e familiar, implica e equivale sempre a uma estratégia de encontrar, reivindicar e assumir o Nome, nome enquanto *auctoritas* referencial, i.e., enquanto origem estável, legitimada e legitimadora, para a própria escrita (-*porem eu, conde dom Pedro,*

*filho do mui nobre rei dom Dinis, houve de catar por gram gram trabalho, por muitas terras, escripturas que falavam dos linhagens* [LL, prólogo]). Por outras palavras, na lógica que governa este imaginário literário, genealogia familiar e genealogia linguístico-textual implicam-se mutuamente. E é também neste sentido que a gesta de Artur oferecia aos autores dos livros de linhagens (e à nobreza) mais do que um simples espelho político-ideológico: podia, sim, emergir como metáfora da própria literatura genealógica e, em última análise, da própria escrita medieval. À semelhança do rei mítico, esta confronta-se eternamente com a duplicidade essencial das suas origens e da sua natureza, simultaneamente divinas e diabólicas; natureza essa que, ao ressurgir, faz vacilar regularmente o texto e estremecer uma ordem frágil e, por vezes, tão artificialmente (retoricamente) conseguida. Mas é justamente neste espaço plural de uma constante (re)negociação dos signos e do sentido, neste espaço-palimpsesto de manipulação, re-escrita e desconstrução de nomes e modelos narrativos que se cruzam os destinos comuns do discurso histórico da legitimação com os do discurso literário, simbólico e metafórico por excelência, do mito e da ficção, convergência na qual a identidade se define invariavelmente como inscrição/reivindicação da Diferença numa eterna repetição/comemoração (auto)fundadora do Mesmo.

## Notas

<sup>1</sup>Remetemos, desde já, para as seguintes edições: *Livro de Linhagens do Deão*, ed. crítica por J. Piel e J. Mattoso, in *Livros Velhos de Linhagens. Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, Vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, pp. 61-214; *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. crítica por J. Mattoso, *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, Vol. II/1, Lisboa, Academia das Ciências, 1980; *Livro Velho de Linhagens*, ed. crítica por J. Piel e J. Mattoso, in *Livros Velhos de Linhagem. Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, Vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, pp. 23-60; *Corónicas navarras*, ed. crítica e índices de Antonio Ubieto Arteta, Valencia, *Textos Medievales*, 14, 1964; para o *Livro das Gerações*, consultámos a edição crítica de Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés: *Libro de las generaciones. Genealogias actualizadas en Navarra entre 1260 y 1270 (confrontado con el Livro das Linhagens y la Cronica de 1404)* in *1ª edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordeno el Conde don Pedro Afonso*, ed. por D. Catalán e M. Soledad de Andrés, Madrid, Editorial Gredos, 1971, pp. 214-337.

<sup>2</sup>O *Liber Regum* consistiria no entanto, segundo J. Mattoso, num curioso intermédio entre a crónica universal e a genealogia régia: à semelhança do modelo de Eusébio, o autor começa por referir Adão, os patriarcas bíblicos, os reis de Israel e da Babilónia, actualizando a tradição com os reis de Castela, da Navarra e de França, acabando por incluir também o Cid, o Campeador, que aparece assim ao lado das famílias reais. *Vd. -Os livros de linhagens portugueses e a literatura genealógica europeia na Idade Média-* in *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*, Lisboa, Estampa, 1981, pp. 35-53.

<sup>3</sup>De facto, neste tipo de relatos, para cada rei, apenas se indica geralmente a filiação, o matrimónio, a descendência legítima e/ou ilegítima - caso de Sancho I -, a duração do reinado, a data da sua morte e o lugar onde foi sepultado, informação, por vezes, acrescida por dados genéricos de ordem valorativa (saber, por exemplo, se foi ou não um bom rei).

<sup>1</sup>Para um possível aprofundamento destas questões, remetemos, sem qualquer desejo de exaustão ou de síntese bibliográfica, para as várias reflexões de J. Mattoso nos artigos publicados em *A nobreza medieval* e para os trabalhos de L. Krus: *A concepção nobiliarquica do espaço ibérico: geografia dos livros de linhagens medievais portuguesas (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/INICT, s/d; *A vivência medieval do tempo*- in *Passado, Memória e Poder na sociedade medieval portuguesa: estudos*, Redondo, Patrimonia Historica, 1994, pp. 11-24; *O discurso sobre o passado na legitimação do senhorialismo português dos finais do século XIII*- in *Passado, Memória e Poder*, pp. 197-207.

<sup>2</sup>D. Catalan e M. Soledad Andres, *Don Pedro Afonso Conde de Barcelos y el nacimiento de la historiografía romance en Portugal*- in *1ª edición crítica del texto de la Crónica de 1344*, p. L.

<sup>3</sup>Como o afirmara R. Dragonetti, *Écrire, pour un auteur médiéval, n'est-ce pas avant tout se référer aux réserves d'une tradition dont les textes s'écrivent les uns dans les autres, copies de copies faisant palimpseste et compilation sous la surface de l'écriture actuelle, par ou le scripteur relit l'ancien dans le nouveau, et inversement, sans distinction historique? [...] Il arrive par exemple que tel ou tel écrivain, pour faire valoir clandestinement sa propre maîtrise, se couvre de l'auctoritas pour mieux la subvertir, voire la congédier, quitte à creuser, avec toute la dévotion requise, la tombe du maître vénéré*- (*Le mirage des sources. L'art du faux dans le roman médiéval*, Paris, Seuil, 1987, p. 81)

<sup>4</sup>Neste duplo movimento textual, alternadamente elíptico e descritivo, vislumbram-se dois dos grandes princípios retóricos (segundo as Artes Poéticas dos séculos XII e XIII) que, ao mesmo tempo, circunscrevem, estruturam e poem incessantemente em causa a escrita medieval: a *abbreviatio* (ou *brevitas*) - que ameaça impedir o acesso ao sentido tornando-o demasiado opaco, logo ilegível - e a *amplificatio* (ou *dilatatio*) - através da qual o conto, o relato, se pode dissolver, perdendo a sua origem a um centro referencial gerador de sentido (a integridade da fonte, escrita ou oral). Neste último caso, pode então facilmente cair-se no domínio do *multiloquium*, ou no da palavra vã. Sobre esta problemática, embora numa perspectiva ligeiramente diferente, veja-se o artigo de J. Batany *L'apologue social des strates libidinales: "Dui chevalier vont chevauchant"...* - in *le récit bref au Moyen Âge: Actes du colloque d'Amiens*, ed. D. Buschinger, Amiens/Paris, Univ. de Picardie/ Champion, 1980, pp. 129-151. Segundo este autor, *l'amplification tendrait à sécuriser le lecteur ou l'auditeur contre un risque d'insignifiance de la matière, tandis que l'abréviation tendrait à le sécuriser contre un risque de signification trop forte et difficilement acceptable*- (p. 129)

<sup>5</sup>Como o referira J. Derrida (*De la grammatologie*, Paris, Minuit, 1967, p. 30), *L'idée de livre, c'est l'idée d'une totalité, finie ou infinie, du signifiant: cette totalité du signifiant ne peut être ce qu'elle est, une totalité, que si une totalité du signifié lui préexiste, surveille son inscription et ses signes*- A leitura comparada dos prologos dos três livros (*Livro Velho*, *Livro do Deão e LL*) mostra, aliás, uma clara e notável evolução na consciência em relação à escrita e ao seu estatuto, adquirindo assim a noção de livro (subordinada à ideia de completude e totalidade enquanto garantes e suportes de verdade e autenticidade) uma importância de cada vez mais significativa. Enquanto que no *LV* ainda predomina uma componente oral de carácter épico (*Agora amigos se vos praze vos contaremos os linhagens dos bons homens filhos-dalgo do reyno de Portugal...*), no *LD*, embora apresentado como um acto diferido, a escrita é claramente vista como detentora de uma lógica e função próprias (*fazemos escrever este livro verdadeiramente dos linhagens...*) para, no *LL*, se ancorar já fortemente num sujeito que assume, na sua qualidade de *auctoritas*, a responsabilidade pela composição e ordenação (*dispositio*) do discurso (*compuge este livro por ganhar o seu amor...*).

<sup>6</sup>*Temps et récit I: l'intrigue et le récit historique*, Paris, Seuil, 1983.

<sup>10</sup>-E por esta materia seer mais crara [...], falaremos primeiro do linhagem dos homens e dos reis de Jerusalem des Adam ataa naçença de Jesu Christo, e das conquistas que fezerom os reis de Siria, e el rei Faraoo e Nabucodonosor em Jerusalem.- (Prólogo)

<sup>11</sup>-En somme, la matiere historique n'était qu'une cire malléable charriant de multiples discours: romans, chansons de geste, histoires réelles, superstitions, croyances, folklore, mythes, mais auxquels l'historiographie imposait une forme signifiante, symbolique, dont la crédibilité était obtenue par l'usage rhétorique des sources, des noms d'auteurs, des témoignages[...].- (R. Dragonetti, *Le mirage des sources*, pp. 29-30)

<sup>12</sup>-Comme tout discours à prétension "réaliste", celui de l'histoire ne croit ainsi connaître qu'un schéma sémantique a deux termes, le référent et le signifiant; la confusion (illusoire) du référent et du signifié définit, on le sait, les discours sui-référentiels, tel le discours performatif (...). En d'autres termes, le "réel" n'est jamais qu'un signifié informulé, abrité derrière la toute-puissance apparente du référent. Cette situation définit ce que l'on pourrait appeler *l'effet de réel*.- (R. Barthes, «Le discours de l'histoire», *Poétique*, 49, Paris, Seuil, 1982, p.20)

<sup>13</sup>*Etymologie et généalogie. Une anthropologie littéraire du Moyen Âge français*, Paris, Seuil, 1989 (1ª ed. 1983).

<sup>14</sup>Recordemos que é precisamente este texto que servirá de base ao *Sumario de historia de los reys de Bretaña* que, por sua vez, enriquece o *Livro de gerações* em relação ao *Liber Regum* (na sua versão de *circa* 1200 e/ou de 1220), *Sumario* que o *LL* (Título II) inclui sintomaticamente (embora seguisse, neste sentido, uma tradição anterior) entre a geração de Adão e os grandes impérios da Antiguidade (Pérsia, Roma, Godos).

<sup>15</sup>Geoffrey de Monmouth, *Historia Regum Britannie*, Ed. por Neil Wright do Ms. 568 Burgerbibliothek de Berna, Cambridge, D. S. Brewer, 1984.

<sup>16</sup>Imaginário subordinado, aqui, a um nitido contexto nacionalista em que se pretendia servir os interesses ideológicos da monarquia angevina face aos reis de França.

<sup>17</sup>Sobre esta problemática, vejam-se, entre muitos outros, E. R. Curtius, *La littérature européenne et le Moyen Âge latin*, Paris, Press Pocket, col. Agora, 1991, pp. 783-792 (1ª ed. 1947); R. Guiette, «L'invention étymologique dans les lettres françaises au Moyen Âge», in *Questions de Littérature*, T.VIII, Gent-Gand-Belgique, Romanica Gandensia, 1960, pp.87-98; H. Bloch, *Étymologie et généalogie*, pp. 70-75.

<sup>18</sup>Wace, *Le Roman de Brut*, 2 vol., ed. I. Arnold, S. A. T., 1938-1939.

<sup>19</sup>Note-se que, segundo o poeta inglês Layamon, que rescrevia a tradição arturiana cerca de 1189-1199, Wace teria oferecido a Alianor da Aquitânia, esposa de Henrique II Plantageneta, o *Roman de Brut* [1155] – esperando, sem dúvida, em retorno, como outros autores normandos, algum prestígio sócio-político, mas também alguma recompensa material –, num contexto que segue imediatamente o da conquista do condado de Anjou, dos ducados de Normandia, Guiana e Poitou e da aquisição da Inglaterra, depois da vitória sob os intrusos anglo-saxões.

<sup>20</sup>Sobre esta questão, veja-se o artigo de L. Johnson, «Etymologies, Genealogies, and Nationalities (Again)» in *Concepts of National Identity in the Middle Ages*, ed. S. Forde, L. Johnson, A. V. Murray, Leeds, Leeds Texts and Monographs, New Series 14, 1995, pp. 125-136.

<sup>21</sup>Repare-se na enorme recepção dos romances de cavalaria, arturianos essencialmente, a partir do séculos XII-XIII como estratégia consciente dos príncipes no intuito de oferecer aos grandes senhores e seus descendentes um simulacro de poder. Sobre esta problemática, veja-se o capítulo de L. Krus «Da Europa troiana e breta à cristandade ibérica» in *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico*, pp. 143-170.

<sup>22</sup>Corineus, que elegera a Hispânia como primitiva terra de exílio e no qual repousava em grande parte a fama da cavalaria britânica, acaba pôr dar o nome à Cornualha – de novo, por

corrupção linguística – terra onde se enraizam as origens maternas, bastante obscuras aliás, como o veremos mais tarde, do rei Artur – LL, 2D17.

<sup>25</sup> -Este Gormom foi filho de ù rei de França. E quando morreo seu padre leixou-lhe o regno, que fosse rei, e ele nom o quis e deu-o a seu irmao, ca disse que nom queria seer rei ataa que nom conqueresse regno per si, de que fosse rei. E moveo-se de França com gram poder de gentes que houve, e portou em Bretanha e cercou el rei Carith em Sireteste, com todosos Sainsins que lhe veerm em ajuda, quando tinha Gormom cercado Tereteste. Ali, veo a ele o sobrinho de Guilim d'Alcovres e feze-se seu vassalo, e tornou-se gentil. Gormom filhou esta cidade per grand'arte e matou a ele rei Traye e el rei Aldeberch, e destroio toda a terra, e foi emperador dos Saisinis.- (LL, 2E6)

<sup>24</sup> -Em aquel tempo veo Sancto Agustinho e converteo gram gente e, e tornaram-se todos aa fe de Christus. Entom morreo Gormom e houve paz toda a terra.- (LL, 2E7)

<sup>25</sup> I.e., no tempo da linhagem de Uterpandragon e de seu filho, Artur. Vd. L. Krus, *A concepção nobiliarquica do espaço ibérico*, p160, nota 354.

<sup>26</sup> L. Johnson, 'Etymologies, Genealogies, and Nationalities (Again)', p. 133.

<sup>27</sup> Positiva, por exemplo, no caso de Brutus, mas negativa no caso de Gormom.

<sup>28</sup> Sobre esta questão, vejam-se as reflexões de J.-Ch. Huchet sobre a concepção e o tratamento singular do nome em algumas *Vidas* de trovadores provençais (*Littérature et psychanalyse: pour une clinique littéraire*, Paris, PUF-Écriture, 1990, pp. 62-92).

<sup>29</sup> Esta concepção está, de resto, bem presente em diversos textos de Santo Agostinho (no comentário ao *Genesis* I, 28 que tece nas *Confissões*, XIII, 24, por exemplo) e de Isidoro de Sevilha: nas *Etimologias* 6, 16, elabora todo um jogo de palavras entre o nome Sem e os termos *semen* e *sema* – "signo" em grego – que reencontramos, aliás, embora num prisma diferente, em São Jerônimo e em toda a tradição exegética alexandrina cuja abordagem dos nomes próprios hebraicos se caracteriza, ao dizer de alguns, por um misto de "fetichismo" e de misticismo.

<sup>30</sup> Concepção visível em várias passagens do *De Trinitate*, por exemplo.

<sup>31</sup> -Genera verborum ideo dicta, quia gignant. Nam activo adicis R et gignit passivum; rursus passivo adimis R et parit activum.- (*Etim.* I, 9, 7)

<sup>32</sup> Sobre esta problemática, remetemos para o estimulante estudo de C. Casagrande e S. Vecchio, *Les péches de la langue*, Paris, Cerf, 1991.

<sup>33</sup> Veja-se, entre outros, A. Leupin, 'The Hermaphrodite: Alan of Lille's *De Planctu Naturae*' in *Barbarolexis: Medieval Writing and Sexuality*, Cambridge, Massachusetts, and London, Harvard University Press, 1989, pp. 59-78, e H. Bloch, *Etymologies et généalogies*, pp. 177-183.

<sup>34</sup> Nome, escrita e genealogia. O poder dos signos na narrativa de linhagens- in *Poder e Sociedade. Actas das Jornadas Interdisciplinares*, vol. II, Lishoa, Universidade Aberta, pp. 401-425.

<sup>35</sup> -La récurrence du theme de la bâtardise devient (...) le symptôme d'une confusion généralisée où les noms manquent et dont personne ne peut s'extirper pour se construire un nom dans et par la langue (...). Le nom dresse une borne signifiante à partir de laquelle (...) [I] impossible se verra non pas dit mais reconnu une place.- (J.-Ch. Huchet, *Littérature et psychanalyse*, p. 88)

<sup>36</sup> Estes nomes exemplares têm obviamente como correlato espacial e mítico Jerusalém, referencial sagrado e político, *umbigo* da terra segundo Santo Isidoro (*Etim.* XIV, 3, 21), *axis mundi* que possibilita a comunicação entre o terrestre e o celeste: espécie de *lugar comum* por excelência.

<sup>37</sup> Vd. nota 8.

<sup>38</sup> A ideia de rectidão como garante e suporte da integridade e eficácia da palavra (ideia que, de resto, está bem patente, quer na tradição bíblica do *Verbum Abbreviatum* divino [*Job*, 6, 25, por exemplo], quer através do ideal platónico do nome que se deve caracterizar por ser «direito» ou «em linha recta», qualidades que o *Cratilo* [390d] reúne sob o termo *orthos*) é expressa por

Santo Agostinho na já referida passagem do *De Doctrina Christiana* (II, 13, 19): *-Quid ergo integritas locutionis, nisi alienae consuetudinis conservatio, loquentium veterum auctoritate firmatae-*. A rectidão torna-se assim naturalmente, na Idade Média, uma ideal estilístico e uma disciplina (ou ciência) que funda e orienta a composição de qualquer discurso (veja-se E. R. Curtius, *-La concision, idéal du style-* in *La littérature européenne et le Moyen âge latin*, pp. 771-782). Reencontramo-la, por exemplo, nas definições de gramática propostas por Isidoro de Sevilha (*grammatica est scientia recte loquendi*, *Etym.*, I, 5, 1) e Marciano Capela no livro III do *De nuptiis Philologiae et Mercurii* (III, 229). Sobre esta questão, veja-se a excelente síntese de E. Vance, *From Topic to Tale: Logic and Narrativity in the Middle Ages*, Minneapolis, Univ. of Minnesota Press, 1987, pp. 3-13.

<sup>39</sup> *La partie arthurienne du Roman de Brut*, ed. I. Arnold e M. Pelan, Paris, Liv. Klincksieck, 1962.

<sup>40</sup> *-Li Sesson estoient paien/ Et nos estient crestien-* (vv. 965-966)

<sup>41</sup> Referimo-nos à *traíçom* levada a cabo pelo sobrinho de Artur, Mordech (*LL*, 2E3; *Partie arthurienne du roman de Brut*: vv. 4448-4728).

<sup>42</sup> Hipótese, de resto, já levantada por R. Dragonetti em *La vie de la lettre au Moyen Âge (Le Conte du Graal)*, Paris, Seuil, 1980, p. 188.

<sup>43</sup> Neste sentido, o *LL* parece filiar-se numa tradição mais próxima da *Vita Merlini* de G. de Monmouth e, posteriormente, do *Merlin en prose* de Robert de Boron (séc. XIII), do que na tradição adoptada e veiculada do *Brut*. Sobre a evolução e sucessivas manipulações da personagem de Merlin, vejam-se as nossas reflexões em *-Merlin ou as anamorfozes do sentido-*, in *Encontro sobre a Metamorfose*, Lisboa, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 1995, pp. 1-37.

<sup>44</sup> Veja-se também, neste sentido, a referência a uma Elena, irmã mais nova de Artur, mulher do rei Loth de Leonis e mãe de Galvam, enquanto que o *Brut*, bem como a *Historia Regum*, referem, no mesmo contexto, o nome de Ana (Enna). Neste caso, ou D. Pedro e a sua fonte utilizam uma tradição diferente, ou se estabelece uma confusão com Helena, sobrinha de Hoel, ele próprio sobrinho de Artur, que será raptada e morta pelo gigante no Monte Gargano em São Miguel, episódio que o *LL* relata, de forma muito lapidar, a seguir (*LL*, 2E2).

<sup>45</sup> *Vd. L. Krus, A concepção nobiliárquica do espaço ibérico*, p. 160.

<sup>46</sup> Sobre o vasto e rico simbolismo ligado a este monte tipicamente iniciático, os motivos que o acompanham e o(s) significado(s) que adquire consoante as regiões e as civilizações em que se manifesta e desenvolve, sobre a sua projecção em mitos, lendas, bem como no folclore, vejam-se as observações de G. Durand (*Les structures anthropologiques de l'imaginaire*, Paris, Bordas, 1984 [1ª ed. 1969]), mas sobretudo o importante trabalho de H. Douteville: *Mythologie française*, Paris, Payot, 1986 (1ª ed. 1948).

<sup>47</sup> Como o referimos, Helena é sobrinha em segundo grau de Artur: *vd. nota 44*.

<sup>48</sup> Repare-se nas palavras do próprio rei: *-Li jaianz me fist ci remaindre/ Por sa luxure an moi refraindre[...]/ Et s'il vient ça, si com il sialt/ Por sa luxure refrener./ Ocis es, ne puet eschaper-* (*Partie arthurienne du roman de Brut*, vv. 2875-76/2890-92). Artur acaba por matar o monstro, cortando-lhe, de seguida, a cabeça (v. 3007 sgs.), num ritual que adquire claramente o sentido de uma castração.

<sup>49</sup> *Vd. L. Krus, A concepção nobiliárquica do espaço ibérico*, pp. 160-161.

<sup>50</sup> Serpente que, como o relembra L. Krus (*A concepção nobiliárquica do espaço ibérico*, p. 162), pode ser entendida como simbolo-visão da tentação demoníaca, do paganismo, da guerra e do caos, sendo também referida em vários textos da Hispânia da Reconquista, tais como o *Expugnacione Scalabis* e o *Poema de Fernam Gonzalez*.

<sup>51</sup> Como acontece exemplarmente no *Huth-Merlin* (texto francês em prosa do século XIII), por exemplo. Este conto relata que, estando Artur a caçar pela floresta, depara-se subitamente, junto a uma fonte, com a intrigante *Besta Ladradora*. Esta aventura decorre na sequência da ligação amorosa que teve com a mulher do rei Loth d'Orkanie: ao adultério, sobrepõe-se então

agora uma situação bem mais grave, o incesto, já que esta mulher é, na realidade, embora Artur o desconheça, a sua própria irmã. Voltamos a encontrar aqui uma consequência imediata do problema das filiações duvidosas: o desconhecimento das origens leva ao não-reconhecimento e potencia as relações incestuosas cuja gravidade reside em confundir as fronteiras vitais (para a estruturação do sujeito) entre o Mesmo e o Outro, a Repetição e a Diferença. Merlin intervém aqui para explicar ao rei a *senefiance* da heste diverse- que *representa* metaforicamente a monstruosidade do incesto que perturba a Ordem e conduz fatalmente à futura destruição do reino de Logres e ao fim da cavalaria britânica, desencadeados pelo próprio Mordred, nascido desta união: Sachies que vous torneres a dolour et a essil par un chevalier qui est engenres, mais n'est encore pas nes. Et tous chis roiaumes en sera destruis, et li preudomme et li boin chevalier dou roiaumes en sera destruis, et li prudomme et li boin chevalier dou roiaumes de Logres en seront detrenchiet et ochis. Et li país en remenra orphenins de hoins chevaliers que tu I verras a ton tans- (*Huth-Merlin*, t. I, ed. Gaston Paris e Jacob Ulrich, Paris, Firmin Didot, p.158). Sobre o motivo da hesta ladradora (igualmente presente na *Demanda do Santo Graal*) e outros motivos fantásticos e maravilhosos que constituem a riquíssima tradição arturiana, remetemos para o estudo de F. Dubost, *Aspects fantastiques de la littérature narrative medievale (XIIème-XIIIème siècles)*. L'Autre, L'ailleurs, L'autrefois, 2 vols, Paris Honoré Champion, 1991.

<sup>29</sup>Recordemos que, de acordo com a tradição mais conhecida, Artur e Genebra não tiveram filhos, i.e., herdeiros directos: Porter se fist an Avalon./ Por voir, puis l'Incarnation/ Cinc cenx et quarante deus anz./ *Domaiges fu quil not anfanx*- (*Brut*, vv. 4721-4724). E, de resto, bastante curioso o lapso cometido por D. Pedro, ou pelo copista, que refere a morte em combate de Galvam - o filho de rei Artur- [LL, 2E3], quando, na realidade se trata de seu sobrinho, como a narrativa o indicara inicialmente [LL, 2D17]: simples erro de distração, ou mais uma subtil manobra retórica para confundir a, já por natureza, enigmática genealogia familiar e textual de Artur?

<sup>30</sup> LL, 2E2. *La partie arthurienne du roman de Brut*, v. 2073 sgs.

<sup>31</sup>Lucius Liber exige que se fizesse seu vassalo rei Artur, e que tivesse aquela terra de sua mão; e se esto não fizesse, que lhe mandaria tolher a terra por força e que faria justiça de seu corpo.- [LL, 2E3]

<sup>32</sup>Refiramos apenas, a título de exemplo, a atitude comum a muitos autores para com a casa real, atitude na qual transparece uma clara rivalidade entre a nobreza de Entre Douro e Minho e um poder político centralizador (vejam-se, entre outros aspectos, as sucessivas *Inquirições Gerais* de 1285-88 e 1343) que tende a esquecer ou a fazer tabua rasa dos privilégios dos descendentes daqueles que andaram a la guerra filhar o reyno de Portugal- (segundo o prólogo do LV). Para um aprofundamento desta questão, remetemos para os estudos de L. Krus (O discurso sobre o passado na legitimação do senhorialismo português dos finais do século XIII-: *A concepção nobiliarquica do espaço ibérico*).

<sup>33</sup>Neste sentido, e em última análise, não podera a luta e constante rivalidade entre o rei Artur e o imperador Lucius Liber irromper como conflito, simbólico e/ou metafórico, entre uma cultura vernacula e o peso de uma tradição baseada na *latinitas*?